

PSICOLOGIA, SISTEMA ÚNICO DE SAUDE E DIREITOS HUMANOS: RELATO DE UMA PSICÓLOGA SOBRE SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL.

BARROS, Aline;

RISSON, Ana Paula;

GORCZVESKI, Jucilane.

Resumo

Apresentação: Este trabalho apresenta relatos de uma profissional formada em psicologia, com mestrado em ênfase a Psicologia da Saude da Unidade Básica da Saude (UBS), sobre seu cotidiano profissional no Núcleo de Apoio á saúde da família (NASF), que busca de forma ampliada atender os usuários do SUS, bem como privilegiar essa atenção básica a população em geral. O diálogo com a profissional ocorreu por meio de uma atividade de campo, através de uma entrevista semi-estruturada composta por 08 questões da disciplina de Políticas Públicas e Direitos Humanos no Curso de Psicologia, da Unoesc, Campus Pinhalzinho-SC.**Objetivo:** Conhecer e compreender a atuação de um profissional do Núcleo de Apoio à saúde da família (NASF).**Metodologia:** foi realizada uma entrevista semi-estruturada, para coleta de dados sobre a prática nas UBS. A entrevista semi-estruturada partiu de um roteiro de 08 questões elaboradas, para elencar de uma forma clara os objetivos do estudo, a mesma, foi realizada mediante a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pois este mostra a concordância do sujeito em realizar a entrevista e garante de forma ética, respeito e autonomia para com a pessoa entrevistada. As entrevistas foram

ANU

agendadas em local, data e horário, determinados pelo participante de acordo com sua disponibilidade, para efetivamente obter os dados e construir este resumo expandido. Não fez-se a tramitação pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos por compreendermos que a entrevistada não se caracteriza como uma pesquisa de campo, mas como uma atividade extraclasse..

Discussão e Resultados: A saúde é reconhecida como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, a partir da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1988). Em 1990, a implantação do SUS deu início à organização de um sistema de caráter público, com princípios e diretrizes comuns em todo o território nacional, regulados a partir da aprovação da Lei Orgânica da Saúde em 1990 (Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90) (Brasil, 1990). A partir de dados da portaria do Ministério da saúde, a atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, e dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e da continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social (BRASIL; 2007; p.16). Na lógica um sistema hierarquizado, como é o SUS, há a tentativa de criar um sistema menos problemático e mais organizado, ao qual decorre a prevalência da ordem e conseqüentemente um aumento da eficácia nos atendimentos. Porém, no cotidiano dos serviços públicos de saúde, às vezes, há preferências de alguns, bem como privilégios, por isso, todos os cidadãos tem que exercer o seu dever de cobrar das entidades, participarem das discussões, buscarem por uma implementação mais igualitária. Para que isso aconteça à população deve estar ciente de suas responsabilidades como cidadãos

para o desenvolvimento da saúde. De acordo com Vasconcelos e Pasche (2006) o SUS tem como bases diretrizes organizativas, e princípios doutrinários incorporados a base da Constituição Federal e às leis ordinárias que o regulamentam. Concerne que os profissionais do SUS devem estar cientes das regulamentações e portarias dispostas, e deveriam estar sempre se atualizando com as novas normas e leis de regulamentação. Sobre isso a profissional psicóloga relata: “Conheço as legislações de forma bem sucinta, não de forma decorada, nem muito a fundo algumas diretrizes, mas nunca me apertei a questões de concurso, tanto que sou contratada por concurso...”. O Núcleo de apoio e saúde da família (NASF), que se vincula diretamente na atenção básica, composta por uma equipe multidisciplinar do município, atua na promoção, prevenção e reabilitação de pacientes de forma conjunta. Os profissionais na sua prática diária devem possuir ética, e troca de interações com o propósito de ajudar o outro da melhor forma possível. A psicóloga salienta que em seu cotidiano profissional: “Há bastante interação, nós realizamos várias atividades envolvendo multiprofissionais (..), como o fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, médicos. Também em equipe realizamos projetos terapêuticos visando mesclar todas as profissões numa causa maior voltada aos usuários.(...) mas claro que existem relações não muito boas no local(..)”. O psicólogo nesse viés é de suma importância para desempenhar o papel de mediador de um sistema proposto e de profissionais ativos presentes nas equipes, de forma a orientá-los, difundir saberes para desenvolver em tal comunidade, ou grupo, sempre visando a resolutividade da atenção básica nas unidades. A psicóloga avalia o reconhecimento da sua categoria profissional em dois ângulos: com os profissionais, e com os usuários das unidades: “(...) é bem positivo, por que parece que na instituição o profissional psicólogo é bastante solicitado na equipe, está em várias atividades. Já pelos usuários há o questionamento: - Você está louco para ir a um psicólogo? - ainda se tem muito essa crença, conceito inserido na população, é um dever nosso, dos psicólogos, divulgar o nosso trabalho, isso em rádios, mídia em geral (...)”. Considerações Finais: No relato da entrevistada a teoria é aliada a prática, como por exemplo, a

ANU

questão de comunicação entre os profissionais que trabalham em parceria ou de forma multidisciplinar no local. Sendo que em primeiro momento, é frequente os encaminhamentos de pacientes da parte do médico para a psicóloga, mas é pouco discutido ao longo dos atendimentos, sobre o caso a fim de contribuir para um melhor suporte e assistência ao mesmo, o que acaba limitando o trabalho de ambas as partes. Entretanto, caso houvesse esta troca de conhecimentos com certeza iria agregar e enriquecer em muito o trabalho desses profissionais, resultando em melhoras aos usuários do serviço como também contribuindo no acolhimento e percepções de questões gerais. Outra questão em voga no resumo é a falta de engajamento da parte dos profissionais para buscar melhorias das situações ou das dificuldades encontradas. Devido a isso, acredita-se que é de extrema importância essa participação, pois são por meio de ações que visam a encontrar melhorias que são conquistados os objetivos necessários. Além de que, é por meio de conscientização e informações, que contribuem para a autonomia das pessoas e conhecimento de seus direitos, em consequência auxiliando no empoderamento da população e assim promovendo a diminuição dos possíveis acontecimentos e filas de espera ao atendimento SUS.

Referências:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2007.

Disponível

em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colecao_progestores_livro1.pdf>

Acesso em: 19 de setembro de 2016.

BRASIL; Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Atenção Primária e Promoção da Saúde. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2007. Disponível

em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colecao_progestores_livro8.pdf>

Acesso em: 19 de setembro de 2016.

Resumos expandidos

VASCONCELOS, Cipriano M.; PASCHE, Dário F.O Sistema Único de Saúde. In: Campos, G. W. S.; et al. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Editora Hucitec / Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006.

ANU

E-mails - aline_b@live.com; jucilane-gorc@hotmai.com.